

INFORMAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA: O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES INFORMACIONAIS NO BRASIL

**INFORMATION, POWER AND DEMOCRACY: THE ROLE OF PUBLIC
LIBRARIES IN REDUCING INFORMATIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 17/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789608976](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789608976)

Jerusalém de Lima Silva
Joás Jerônimo dos Santos
Josenaido de Souza Carneiro
Josevaldo Crispim Duarte
Klenice Trigueiro Fagundes
Maria de Fátima Henrique Jorge Maia

RESUMO

O artigo investiga o papel das bibliotecas públicas brasileiras na redução das desigualdades informacionais, compreendidas como fenômeno político que ultrapassa o mero acesso técnico à internet e diz respeito à distribuição desigual da capacidade de apropriação do conhecimento. O problema de pesquisa indaga em que medida essas instituições podem atuar como instrumentos de democratização da informação, considerando o atual cenário de retração de seus equipamentos. A fundamentação teórica articula a concepção de informação como recurso de poder, a teoria deliberativa da esfera pública e o conceito de capital cultural. Metodologicamente, trata-se de estudo qualitativo, de caráter teórico-crítico, apoiado em pesquisa bibliográfica, documental e na análise de dados secundários, com destaque para a sexta edição da pesquisa Retratos da Leitura e os dados do Ministério da Cultura sobre bibliotecas. Os resultados indicam um paradoxo estrutural: o reconhecimento simbólico das bibliotecas coexiste com o desmonte material da infraestrutura, que perdeu quase 23% de seus equipamentos em uma década. Conclui-se que as bibliotecas públicas possuem potencial democratizante real, porém condicionado por limites estruturais de financiamento, continuidade, territorialidade, mediação e enfrentamento da desinformação, o que converte sua vitalidade em termômetro das próprias condições de exercício da cidadania.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; Desigualdade informacional; Democracia; Informação e poder; Capital cultural.

ABSTRACT

The article investigates the role of Brazilian public libraries in reducing informational inequalities, understood as a political phenomenon that goes beyond mere technical access to the

internet and concerns the unequal distribution of the capacity to appropriate knowledge. The research problem inquires to what extent these institutions can act as instruments for the democratization of information, considering the current scenario of retraction of their facilities. The theoretical framework articulates the conception of information as a resource of power, the deliberative theory of the public sphere, and the concept of cultural capital. Methodologically, it is a qualitative study of a theoretical-critical nature, supported by bibliographic, documentary research and the analysis of secondary data, with emphasis on the sixth edition of the Retratos da Leitura survey and data from the Ministry of Culture on libraries. The results indicate a structural paradox: the symbolic recognition of libraries coexists with the material dismantling of the infrastructure, which has lost almost 23% of its facilities in a decade. It is concluded that public libraries possess real democratizing potential, but conditioned by structural limits of financing, continuity, territoriality, mediation and the fight against disinformation, which turns their vitality into a thermometer of the very conditions for the exercise of citizenship.

Keywords: Public libraries; Informational inequality; Democracy; Information and power; Cultural capital.

1. INTRODUÇÃO

A informação nunca foi um bem neutro, distribuído de forma homogênea entre os cidadãos. Quem a controla — quem decide o que circula, em que ritmo e sob qual enquadramento — detém uma forma específica de poder, cujos efeitos se fazem sentir na qualidade da própria vida democrática. É a partir dessa premissa que este artigo se propõe a investigar o papel das bibliotecas públicas brasileiras na redução das desigualdades informacionais.

O problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: em que medida as bibliotecas públicas, como instituições de acesso livre e não mercantilizado à informação, podem atuar como instrumentos de democratização do conhecimento, considerando o atual cenário de retração de seus equipamentos no território nacional? A pergunta importa porque, nas últimas duas décadas, o debate público sobre acesso à informação gravitou quase exclusivamente em torno da infraestrutura digital, deixando em segundo plano as instituições que, historicamente, cumpriram essa função junto às populações mais vulneráveis.

O objetivo geral é analisar a contribuição das bibliotecas públicas para a redução das desigualdades informacionais no Brasil. Dele decorrem três objetivos específicos: caracterizar a desigualdade informacional como fenômeno político, para além da exclusão digital; examinar o quadro recente da leitura e da distribuição das bibliotecas no país; e identificar os limites estruturais que condicionam a efetividade dessas instituições.

Justifica-se o estudo pela lacuna existente entre a Ciência Política e a Biblioteconomia, campos que raramente dialogam sobre o tema, embora ambos se ocupem, cada um a seu modo, das condições de acesso à informação. Se a democracia exige, como se argumentará, um cidadão minimamente capaz de compreender as alternativas em disputa, então as instituições que formam esse cidadão merecem a atenção do analista político. O artigo está estruturado em sete seções, incluindo esta introdução e as considerações finais.

2. INFORMAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Compreender o lugar das bibliotecas públicas na democracia exige, antes, esclarecer o que está em jogo quando falamos de informação como recurso político. Esta seção organiza o debate em três movimentos. Primeiro, trata da informação como fonte de poder e da assimetria como mecanismo de dominação. Em seguida, discute por que o cidadão informado é tratado, pela teoria democrática, como uma condição — e não um luxo — do regime democrático. Por fim, recupera a noção de capital cultural para explicar como as desigualdades de acesso à informação tendem a se reproduzir de uma geração a outra.

2.1. Informação e Poder: A Assimetria Como Recurso Político

A ideia de que informação e poder caminham juntas é antiga, mas a chamada sociedade em rede deu a essa relação uma centralidade inédita. Manuel Castells, ao longo de sua trilogia sobre a era da informação, sustenta que as formas contemporâneas de poder se organizam cada vez mais em torno da capacidade de produzir, distribuir e controlar fluxos informacionais. Para ele, não se trata apenas de deter a informação, mas de decidir o que circula, em que ritmo e sob qual enquadramento. Nas suas palavras, o poder contemporâneo repousa fundamentalmente na capacidade de dar forma ao que as pessoas sabem e acreditam. É o que o autor resume, de modo incisivo, em sua obra sobre comunicação e poder:

A forma mais fundamental de poder está na capacidade de moldar a mente humana. A maneira como sentimos e pensamos determina a maneira como agimos, tanto individual quanto coletivamente. A coerção é uma fonte essencial de poder. Mas a coerção por si só não consegue consolidar a dominação. A capacidade de construir o consentimento é essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade (Castells, 2015, p. 2-3)

O argumento de Castells encontra eco em uma tradição que vem da economia da informação. Joseph Stiglitz demonstrou, ainda nos anos 1970, que assimetrias informacionais distorcem mercados, favorecendo quem sabe mais em detrimento de quem sabe menos. Transportada para o terreno político, a tese ganha um alcance que interessa diretamente a este trabalho: um eleitorado com acesso desigual à informação não apenas escolhe pior, como se torna previsivelmente vulnerável à manipulação. A assimetria, nesse sentido, deixa de ser um problema técnico de eficiência e se converte em um problema de legitimidade democrática.

O reconhecimento de que a informação é imperfeita, de que obter informação pode ser custoso, de que existem importantes assimetrias de informação e de que os mercados podem não ser capazes de processar a informação de forma eficiente levou a uma mudança fundamental na maneira como os economistas pensam sobre os mercados (Stiglitz, 2002, p. 461, tradução nossa)

Há aqui uma consequência importante. Se a informação é recurso de poder, sua distribuição desigual não é uma falha acidental do sistema, mas uma forma específica de desigualdade política, que se soma — e em muitos casos reforça — as desigualdades de renda, de escolaridade e de reconhecimento social. É essa a chave que permite enxergar as bibliotecas públicas como algo mais do que depósitos de livros: elas são, potencialmente, instrumentos de redistribuição de um recurso que, na prática, define quem participa e quem fica de fora do jogo político.

2.2. Esfera Pública e o Cidadão Informado Como Condição Democrática

A teoria democrática de matriz deliberativa oferece o segundo pilar deste debate. Jürgen Habermas concebe a esfera pública como o espaço social em que pessoas privadas, reunidas como público, formam opinião e pressionam as instituições de decisão. Não se trata de um espaço qualquer: é nele que as preferências deixam de ser apenas privadas e passam a ser tematizadas como questões de interesse comum. O autor define a esfera pública como:

Por 'esfera pública' entendemos, antes de tudo, um âmbito de nossa vida social no qual algo como opinião pública pode ser formada. O acesso a ela é garantido a todos os cidadãos. Uma parte da esfera pública é formada por aqueles meios de comunicação que, por sua vez, extraem e amplificam o que acontece na vida pública, mas não o transmitem apenas, mas o tematizam e o filtram de tal modo que os cidadãos podem participar dele por meio de afirmações críticas (Habermas, 1984, p. 42).

A formulação é curta, mas carrega uma exigência pesada: para que a opinião pública se forme de maneira minimamente legítima, é preciso que os participantes tenham acesso às informações relevantes ao debate. Onde esse acesso falta, a deliberação se esvazia, e a esfera pública se transforma em palco de quem já chega com o repertório pronto.

Robert Dahl leva essa exigência para o centro de sua definição de democracia. Ao enumerar os critérios que um processo democrático deveria satisfazer, ele inclui aquilo que chama de "compreensão esclarecida". O argumento é de que não basta garantir o direito formal de votar ou de falar; é necessário que cada cidadão tenha condições reais de entender as alternativas em disputa e suas prováveis consequências. É o que ele afirma em uma passagem que merece transcrição integral:

Dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de instruir-se sobre as políticas alternativas relevantes e as suas prováveis consequências. [...] A compreensão esclarecida exige que os cidadãos disponham de oportunidades adequadas para compreender os meios e os fins do governo, bem como os efeitos prováveis das decisões que lhes são submetidas (Dahl, 2001, p. 49-50)

É notável que Dahl não trate a informação como uma condição prévia e externa à democracia, que se possa dar por resolvida. Ao contrário: a compreensão esclarecida figura entre os próprios critérios de legitimidade do processo. Isso significa que uma democracia que não assegura aos seus cidadãos meios de se

informar está, por definição, falhando como democracia — ainda que mantenha eleições regulares e instituições formalmente íntegras.

Amartya Sen acrescenta a essa discussão uma dimensão dramática e empírica. Em sua defesa da democracia como valor universal, ele observa que a circulação livre de informação não é apenas um refinamento da vida política, mas um mecanismo concreto de proteção contra catástrofes. O caso clássico que ele mobiliza é o das fomes coletivas. Sen demonstra que tais tragédias jamais se abateram sobre países que combinavam governo democrático e imprensa livre, pois a informação, nesses contextos, funciona como um sistema de alerta que obriga os governantes a responder. Sua conclusão é direta:

Nenhuma fome substancial jamais ocorreu em um país independente com uma forma democrática de governo e uma imprensa relativamente livre. [...] A informação e a proteção estão intimamente ligadas. A liberdade de imprensa e de expressão política é um dos instrumentos mais poderosos para prevenir catástrofes humanas (Sen, 2000, p. 191).

O exemplo pode parecer distante do tema das bibliotecas, mas a lógica é a mesma: quando a informação circula, o poder é obrigado a prestar contas. Onde ela é bloqueada, monopolizada ou simplesmente inacessível, abre-se espaço para o arbítrio, a negligência e a violência silenciosa contra os mais vulneráveis. É nesse ponto que a discussão teórica se encontra com o objeto deste trabalho. As bibliotecas públicas são, historicamente, uma das

formas institucionais pelas quais as sociedades tentaram garantir a circulação ampla e não mercantilizada da informação. Sua decadência não é, portanto, um problema apenas de política cultural: é um sintoma de enfraquecimento das próprias condições de exercício da cidadania.

2.3. Capital Cultural e a Reprodução das Desigualdades

Resta explicar por que as desigualdades de acesso à informação tendem a se perpetuar, em vez de se diluírem naturalmente. Para isso, a sociologia de Pierre Bourdieu oferece uma lente insubstituível. O autor mostra que a posição de cada indivíduo na hierarquia social depende da posse de diferentes espécies de capital — econômico, social e cultural — e que esses capitais tendem a se acumular nas mesmas mãos e a se transmitir de geração em geração.

O capital cultural, em particular, tem uma característica decisiva para o nosso problema: ele se incorpora. Diferentemente do dinheiro, que se transfere, o capital cultural se adquire lentamente, na convivência com os livros, com a escola e com os ambientes letrados. Bourdieu sintetiza essa natureza com uma fórmula que se tornou célebre:

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais. Seu pressuposto era o de que os bens culturais herdados dos pais atuavam com mais força do que as posses econômicas da família nos destinos escolares dos indivíduos. Desde então, o conceito tornou-se central na Sociologia da Educação, atuando como um princípio maior de explicação das altas taxas diferenciais de sucesso escolar de acordo com o meio social do aluno (Bourdieu, 1998, p. 73).

A frase concentra o argumento: ter acesso a livros e informações é o primeiro passo para que eles deixem de ser objetos externos e se convertam em disposições, gostos e capacidades que passam a parecer naturais. Para quem cresce em um ambiente saturado de leitura, essa incorporação acontece sem esforço aparente. Para quem não dispõe desse ambiente, cada contato com o mundo letrado exige um trabalho desproporcional — e frequentemente desencorajado.

Para Bourdieu (1998, p. 74),

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais, quadro, livros, dicionários, instrumentos, máquinas; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é por excelência a qualificação escolar.

É exatamente aqui que as bibliotecas públicas revelam seu potencial equalizador. Elas representam uma tentativa institucional de romper a correlação entre o capital cultural incorporado dos pais e o das novas gerações, oferecendo a qualquer pessoa, independentemente da origem, o acesso ao capital cultural em sua forma objetivada — os livros, os periódicos, os acervos. Como observa Bourdieu, o capital cultural objetivado é transmissível em sua materialidade; o que não se transmite automaticamente é a capacidade de se apropriar dele. A biblioteca pública, ao combinar o acesso ao objeto com a mediação do bibliotecário, atua precisamente sobre essa brecha: ela fornece o material e, ao menos em seu projeto ideal, as condições para que a apropriação ocorra.

Em síntese, a articulação entre Castells, Stiglitz, Habermas, Dahl, Sen e Bourdieu desenha o quadro teórico deste artigo. A informação é recurso de poder; sua distribuição desigual compromete a legitimidade democrática; e as instituições públicas de acesso à informação são tentativas de contrariar a tendência à reprodução das desigualdades. Cabe agora examinar como essa dinâmica se manifesta concretamente no caso brasileiro.

3. DESIGUALDADE INFORMACIONAL NO BRASIL

O capítulo anterior procurou mostrar que informação é poder e que sua distribuição desigual compromete a democracia. Resta saber como essa dinâmica se concretiza no Brasil. Esta seção percorre três passos. Primeiro, delimita o que se entende por desigualdade informacional, situando o conceito em relação à ideia mais conhecida de exclusão digital. Em seguida, apresenta o quadro recente da leitura no país, com base na pesquisa Retratos da Leitura. Por fim, examina a distribuição territorial das bibliotecas, mostrando como a geografia do acesso reproduz as desigualdades regionais e de classe.

3.1. Da Exclusão Digital à Desigualdade Informacional

Durante as últimas duas décadas, boa parte do debate público sobre acesso à informação no Brasil gravitou em torno da chamada exclusão digital. A expressão designava, sobretudo, a falta de computadores e de conexão à internet, e a política correspondente consistia em distribuir máquinas e ampliar a cobertura de rede. O problema, como observa Pippa Norris, é que o simples acesso ao meio não resolve a questão de fundo. A autora distingue três níveis de descompasso entre quem tem e quem não tem condições de participar da sociedade da informação:

A exclusão digital é compreendida como um fenômeno multidimensional que abrange três aspectos distintos. A divisão global refere-se à divergência de acesso à internet entre sociedades industrializadas e em desenvolvimento. A divisão social diz respeito à lacuna entre ricos e pobres em informação dentro de cada nação. E, por fim, dentro da comunidade online, a divisão democrática significa a diferença entre aqueles que usam e os que não usam a panóplia de recursos digitais para se engajar, mobilizar e participar da vida pública (Norris, 2001, p. 4, tradução nossa).

Sua conclusão é incômoda: o mero fornecimento de infraestrutura tende a beneficiar, em primeiro lugar, quem já dispõe de escolaridade, renda e repertório para aproveitá-la.

Mark Warschauer aprofunda essa crítica ao lembrar que acesso não é uma variável binária, mas um recurso que se realiza em camadas. Ter um computador à disposição não equivale a saber operá-lo, e saber operá-lo não equivale a conseguir transformar essa habilidade em oportunidade concreta — de estudo, de trabalho, de participação. O autor insiste que o problema central não é o aparelho, e sim a capacidade social de se apropriar da informação:

A chave para isso não é tanto a disponibilidade de equipamentos de informática ou da internet, mas sim a capacidade das pessoas de fazer uso desses equipamentos e da internet para se engajar em práticas sociais significativas. O acesso à tecnologia não se resume à disponibilidade física; ele envolve as habilidades, o conhecimento e os recursos sociais necessários para usar a tecnologia de forma eficaz (Warschauer, 2003, p. 9, tradução nossa).

A consequência política dessa distinção é direta. Uma política que entrega conexão sem formar leitores, e que reduz o problema do conhecimento à infraestrutura técnica, corre o risco de celebrar números de cobertura enquanto aprofunda as assimetrias que pretendia combater. É exatamente por isso que as bibliotecas públicas importam: elas encarnam uma concepção de acesso que combina o suporte físico, o acervo e a mediação — o bibliotecário, a atividade de leitura, o encontro com o livro — em um mesmo lugar.

3.2. O Quadro da Leitura no Brasil

Os dados mais recentes sobre o comportamento leitor do brasileiro vêm da sexta edição da pesquisa Retratos da Leitura, realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com a Fundação Itaú e divulgada em 2024. A pesquisa entrevistou 5.504 pessoas em 208 municípios e trouxe um resultado que merece atenção: pela primeira vez na série histórica, a proporção de não-leitores superou a de leitores. Entre a população com cinco anos ou mais, 53% declararam não ter lido nenhum livro, inteiro ou em parte, nos três meses anteriores à entrevista.

O dado é grave por si só, mas se torna ainda mais revelador quando desagregado. A pesquisa mostra que a condição de leitor acompanha, de perto, as clivagens de renda, escolaridade e região que estruturam a desigualdade brasileira. A maioria dos leitores possui ensino médio completo, enquanto aqueles com menor escolaridade aparecem em proporção muito inferior. A renda também pesa: quanto mais alta a faixa, maior a familiaridade com o livro. E a geografia não fica para trás, com as regiões mais pobres apresentando índices de leitura consistentemente menores. A leitura, em suma, não é um hábito que se distribui ao acaso: ela acompanha as linhas de força da desigualdade social.

Dois indicadores específicos interessam diretamente a este trabalho. O primeiro é o da motivação para a leitura: a principal razão apontada pelos leitores para ler é o simples gosto pela prática, o que sugere que o problema brasileiro não é de falta de interesse, mas de falta de condições para que esse interesse floresça. O segundo é o das barreiras à leitura: entre os entrevistados, 7% apontaram a ausência de bibliotecas por perto como um dos fatores que os impede de ler mais. O percentual pode parecer pequeno, mas, projetado sobre a população, representa milhões de pessoas para as quais a distância do livro é, literalmente, geográfica.

A pesquisa traz ainda um dado que interessa pela sua ambiguidade. A frequência à biblioteca caiu de 20% para 14% entre 2019 e 2024, um recuo que acompanha a tendência de retração dos próprios equipamentos. Apesar disso, a biblioteca permanece como o terceiro ambiente mais procurado para as práticas de leitura, atrás apenas da residência do leitor e da sala de aula. E, o que é mais sugestivo, 19% dos entrevistados percebem as bibliotecas como espaços inclusivos, abertos a todos os públicos. Há, portanto, um

descompasso notável entre o reconhecimento simbólico da biblioteca e sua presença concreta na vida das pessoas — descompasso que o próximo capítulo examinará de perto.

3.3. A Geografia do Acesso: Distribuição Territorial das Bibliotecas

Se a leitura se distribui de forma desigual, a infraestrutura pública que poderia compensar essa desigualdade também. Dados do Ministério da Cultura, obtidos pelo jornal Nexo por meio da Lei de Acesso à Informação, indicam que o país encerrou 2025 com 4.691 bibliotecas públicas e comunitárias em funcionamento. O número, isolado, já impressiona pela insuficiência para um país de dimensões continentais e mais de cinco mil municípios. Mas é a série histórica que revela a gravidade da situação: em 2015, eram 6.057 unidades. Em uma década, portanto, o país perdeu quase 23% de seus equipamentos públicos de leitura.

A distribuição dessas bibliotecas pelo território reproduz, com fidelidade, o mapa da desigualdade regional brasileira. A região Nordeste concentra 2.098 unidades, o maior contingente do país — o que se explica menos por generosidade do que pela combinação de extensão territorial, número de municípios e a histórica prioridade que as políticas de leitura tiveram na região. O estado de São Paulo, sozinho, reúne 667 bibliotecas, um número que reflete a concentração populacional e econômica do Sudeste. Nos demais estados, a presença é rarefeita, e há municípios que simplesmente não dispõem de nenhum equipamento desse tipo.

Essa geografia importa porque a biblioteca pública é, por definição, um serviço de proximidade. Ela cumpre sua função quando está ao alcance de quem dela precisa — a criança que não tem livros em

casa, o estudante que não tem internet, o adulto que quer se profissionalizar. Uma biblioteca distante, que exige deslocamento custoso em tempo e dinheiro, deixa de cumprir essa função para quem mais depende dela. A consequência, já antecipada pela literatura examinada no capítulo anterior, é a reprodução do capital cultural: onde a infraestrutura de leitura escasseia, escasseia também a possibilidade de romper o ciclo que liga a origem social ao destino educacional.

O cenário se completa com a política pública. O Plano Nacional de Livro e Leitura, aprovado em 2025 pelos ministérios da Cultura e da Educação, fixou a meta de ampliar em 50% o número de bibliotecas públicas e comunitárias até 2036. É uma meta ambiciosa, e seu alcance depende de uma reversão consistente da tendência de retração observada na última década. O que os dados disponíveis sugerem, por ora, é que o país caminha, em matéria de infraestrutura de leitura, no sentido oposto ao que sua própria política declara desejar.

O quadro, portanto, está delineado: desigualdade informacional como fenômeno que transcende o acesso técnico; leitura concentrada nos segmentos mais escolarizados e de maior renda; e uma rede de bibliotecas públicas em encolhimento, distribuída de forma a reforçar, e não compensar, as desigualdades regionais. Cabe agora examinar o que as bibliotecas públicas representam, em seu projeto institucional, como instrumentos de democratização do acesso à informação.

4. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO INSTITUIÇÕES DEMOCRATIZANTES

Vista até aqui pelo ângulo das carências, a biblioteca pública brasileira poderia parecer apenas mais um serviço em declínio. Mas há outra face do problema, que precisa ser considerada com a mesma seriedade: a biblioteca pública carrega, desde a sua origem, um projeto político de ampliação do acesso ao conhecimento. Este capítulo recupera esse projeto. Primeiro, situa a função social e histórica da biblioteca pública, entendendo-a como instituição que nasceu para romper o monopólio do livro. Em seguida, examina o arcabouço institucional brasileiro — em especial o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e as políticas de livro e leitura — que confere a esses equipamentos um papel formal na promoção da cidadania.

4.1. A Função Social e Histórica da Biblioteca Pública

A biblioteca pública, tal como a conhecemos, é uma invenção relativamente recente e profundamente ligada ao ideário democrático. Durante séculos, as bibliotecas foram espaços restritos — vinculadas a mosteiros, cortes, universidades ou coleções particulares — cujo acesso era privilégio de poucos. A ideia de que uma biblioteca deveria ser financiada pelo conjunto da sociedade e aberta a qualquer pessoa, sem distinção, é uma conquista que acompanha a expansão dos direitos e da escolarização em massa. Nesse sentido, a biblioteca pública não é uma mera prestação de serviço cultural: é uma instituição com vocação explicitamente igualitária.

Essa vocação encontrou expressão internacional no Manifesto da Biblioteca Pública, elaborado pela UNESCO em parceria com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). O documento, revisado em 2022, define a biblioteca pública como "porta de acesso local ao conhecimento", que fornece "as

condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais". A formulação merece atenção em cada um de seus termos: a porta é local, porque a proximidade é parte da função; o acesso é ao conhecimento, não apenas ao livro; e os destinatários são indivíduos e grupos, o que inclui as coletividades historicamente alijadas do mundo letrado.

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação[...]A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais (UNESCO; IFLA, 2022).

No Brasil, a tradição biblioteconômica desenvolveu uma reflexão própria sobre esse papel. Autores como Emir Suaiden, que dirigiu o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, insistem

que a biblioteca pública só se realiza plenamente quando consegue alcançar a população que não dispõe de outros meios de acesso à informação. Para Suaiden, a biblioteca que se limita a guardar acervos e atender ao público já letrado renuncia à sua função social; a biblioteca pública verdadeira é aquela que vai ao encontro das comunidades, que se dispõe a formar leitores e que entende o acesso à informação como condição de cidadania. O autor resume esse compromisso ao afirmar que a biblioteca pública é, antes de tudo, um instrumento de transformação social, e não um depósito de documentos.

Essa perspectiva encontra ressonância na literatura de Ciência Política que fundamenta este trabalho. Se a compreensão esclarecida é, como argumentou Dahl, um critério interno da democracia, então a biblioteca pública é uma das instituições encarregadas de tornar esse critério realizável. Ela é, para usar os termos de Bourdieu, um mecanismo de distribuição de capital cultural objetivado, que tenta colocar à disposição de todos aquilo que, de outro modo, permaneceria concentrado nas mãos de poucos. É essa a sua dimensão política — e é por isso que seu declínio deve ser lido como um problema democrático, e não apenas administrativo.

4.2. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e as Políticas de Leitura

O reconhecimento formal dessa função social no Brasil tem data e instituição. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi criado em 1992, no âmbito do Ministério da Cultura, com o objetivo declarado de proporcionar à população bibliotecas públicas estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e

estimular a comunidade a acompanhar o desenvolvimento sociocultural do país. Trata-se da principal instância de articulação das políticas federais para esses equipamentos, atuando em parceria com os vinte e sete sistemas estaduais de bibliotecas.

O desenho do sistema é federativo e, como tal, enfrenta os dilemas clássicos da coordenação no federalismo brasileiro. O SNBP não transfere diretamente recursos aos entes; sua atuação se dá por meio de assessoria técnica, formação de pessoal, definição de diretrizes e credenciamento dos sistemas estaduais, formalizado desde 2021 por um Acordo de Cooperação Federativa com vigência de trinta anos. A fragilidade desse arranjo é conhecida: a adesão dos municípios depende de vontade política local, e a ausência de um mecanismo estável de financiamento deixa a política de bibliotecas sujeita às oscilações orçamentárias e às prioridades de cada governo. O resultado é uma política nacional que existe no papel, mas que se materializa de forma muito desigual no território — precisamente o quadro descrito no capítulo anterior.

Nos últimos anos, contudo, houve movimentos que merecem registro. O Decreto nº 12.021, de 2024, alterou o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para determinar que as bibliotecas públicas e comunitárias cadastradas no SNBP passem a receber, anualmente e de maneira sistemática, os livros literários do PNLD. É uma medida relevante: pela primeira vez, o principal programa de distribuição de livros do país passa a alimentar também os acervos das bibliotecas públicas, e não apenas as escolas. A medida ataca um problema crônico dessas instituições — a desatualização dos acervos — e, se bem executada, pode devolver às bibliotecas um pouco da vitalidade perdida.

Na mesma direção, o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), aprovado em 2025 pelos ministérios da Cultura e da Educação, elegeu a democratização do acesso à leitura como um de seus eixos centrais, fixando a meta de ampliar em 50% o número de bibliotecas públicas e comunitárias até 2036. O plano reconhece, em seu diagnóstico, a necessidade de reverter a trajetória de fechamento de equipamentos observada na última década e de enfrentar a desigualdade territorial na distribuição dos acervos.

O que se desenha, portanto, é um arcabouço institucional que reconhece a importância estratégica das bibliotecas públicas para a democratização do acesso à informação, mas cuja efetividade esbarra em limites estruturais persistentes: a fragilidade do financiamento, a descontinuidade administrativa, a adesão desigual dos entes federativos e a ausência de uma política nacional vigorosa de formação de leitores. O capítulo seguinte detalha o percurso metodológico adotado para investigar esses limites, e o sexto capítulo os analisa em profundidade.

5. METODOLOGIA

A escolha do método nunca é neutra: ela decorre da natureza da pergunta que se pretende responder e do tipo de evidência capaz de sustentá-la. Como este artigo se propõe a compreender uma relação — entre informação, poder e democracia — e a avaliar o papel de uma instituição nessa relação, a opção natural foi por uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-crítico, apoiada em pesquisa bibliográfica, documental e na análise de dados secundários. Esta seção explicita cada uma dessas escolhas, os procedimentos adotados e as fontes mobilizadas.

5.1. Tipo de Pesquisa e Abordagem

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, adequada a objetos cuja compreensão exige interpretação de sentidos, e não apenas mensuração. O interesse aqui não é contar bibliotecas para produzir um retrato numérico, mas entender o que a existência — e a escassez — dessas instituições significa para a qualidade da vida democrática. A pesquisa qualitativa, nesse sentido, opera com uma lógica própria, que Maria Cecília de Souza Minayo descreve com precisão ao definir seu objeto de trabalho:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21-22).

É exatamente esse universo de significados que interessa aqui: o que está em jogo quando se decide fechar uma biblioteca pública em uma cidade pequena, ou quando se percebe que a frequência a esses espaços cai justamente entre os que mais precisariam deles. A abordagem qualitativa não substitui os dados quantitativos — que este trabalho mobiliza intensamente —, mas os reinscreve em um quadro interpretativo mais amplo.

Quanto ao caráter, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e explicativa. É exploratória na medida em que se

propõe a aproximar dois campos — a Ciência Política e a Biblioteconomia — que raramente dialogam sobre o tema, mapeando conceitos e conexões ainda pouco sistematizadas. É explicativa porque se arrisca a responder por que a infraestrutura pública de leitura encolhe, apesar do reconhecimento simbólico de sua importância.

5.2. Procedimentos: Pesquisa Bibliográfica, Documental e Análise de Dados Secundários

O percurso empírico combinou três procedimentos complementares. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, voltada à revisão da literatura sobre informação, poder, democracia, desigualdade informacional e biblioteca pública. Antonio Carlos Gil observa que a pesquisa bibliográfica tem a vantagem de permitir ao investigador cobrir um conjunto de fenômenos muito mais amplo do que aquele que poderia pesquisar diretamente:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de diferentes fontes: de um lado, contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão; de outro, estudos já realizados que abordam o tema sob diferentes enfoques (Gil, 2002, p. 44).

Foi o caso aqui: as obras de Castells, Stiglitz, Habermas, Dahl, Sen, Bourdieu, Norris e Warschauer, entre outros, forneceram o repertório conceitual com o qual o objeto foi interrogado. O levantamento

privilegiou obras de referência, traduzidas para o português ou no original, e artigos científicos em periódicos da área.

O segundo procedimento foi a pesquisa documental, dirigida aos textos oficiais que conformam a política pública de bibliotecas e leitura no país. Foram examinados o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, a legislação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o Decreto nº 12.021/2024 e os documentos do Plano Nacional de Livro e Leitura. A pesquisa documental, como recorda a literatura metodológica, distingue-se da bibliográfica pela natureza das fontes: enquanto esta trabalha com a contribuição de autores sobre o tema, aquela se debruça sobre materiais que ainda não receberam tratamento analítico — leis, portarias, planos, manifestos — e que constituem a matéria-prima da análise de políticas públicas.

O terceiro procedimento foi a análise de dados secundários, baseada em levantamentos produzidos por instituições de pesquisa e órgãos públicos. Foram utilizadas, sobretudo, duas fontes: a sexta edição da pesquisa Retratos da Leitura, do Instituto Pró-Livro em parceria com a Fundação Itaú, e os dados sobre o quantitativo e a distribuição das bibliotecas públicas e comunitárias do Ministério da Cultura, obtidos pelo jornal Nexo por meio da Lei de Acesso à Informação. O uso de dados secundários é pertinente a este estudo porque permite, com rigor metodológico já validado pelas instituições de origem, dimensionar o fenômeno em escala nacional e acompanhar sua evolução temporal.

5.3. Tratamento e Análise

O tratamento do material seguiu uma orientação de análise de conteúdo em sua vertente temática, que consiste em identificar, no corpus examinado, os núcleos de sentido recorrentes e organizá-los em categorias. Para este trabalho, três categorias analíticas estruturaram a discussão: a assimetria informacional como forma de desigualdade política; a função democratizante das bibliotecas públicas; e os limites estruturais ao cumprimento dessa função. A análise procurou, a partir dessas categorias, estabelecer as conexões entre o referencial teórico, os documentos oficiais e os dados empíricos, num movimento de vai-e-vem que a tradição qualitativa costuma chamar de triangulação.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 42).

Cabe um esclarecimento sobre os limites do método. Por se tratar de um estudo teórico-crítico, apoiado em fontes secundárias, este artigo não pretende produzir generalizações estatísticas nem estabelecer relações causais entre variáveis mensuráveis. Sua pretensão é mais modesta e, ao mesmo tempo, mais ambiciosa: oferecer uma interpretação teoricamente fundamentada e empiricamente informada sobre o papel das bibliotecas públicas na redução das desigualdades informacionais, abrindo caminho para pesquisas futuras de caráter empírico mais direto, como estudos de

caso municipais ou pesquisas de campo junto às comunidades usuárias.

Feito o percurso metodológico, o capítulo seguinte analisa os limites e desafios que condicionam a atuação das bibliotecas públicas brasileiras na redução das desigualdades informacionais.

6. LIMITES E DESAFIOS DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES INFORMACIONAIS

Se a biblioteca pública carrega, como se viu, um projeto institucional de democratização do acesso ao conhecimento, a pergunta que se impõe é por que esse projeto se realiza de forma tão desigual — e por que, na última década, o país assistiu ao encolhimento da própria infraestrutura encarregada de promovê-lo. Este capítulo enfrenta essa questão em quatro frentes: a fragilidade do financiamento e a descontinuidade administrativa; a distribuição territorial desigual; as dificuldades de mediação e formação de leitores; e, por fim, o desafio novo imposto pela desinformação no ambiente digital.

6.1. Financiamento Frágil e Descontinuidade Administrativa

O primeiro limite é de ordem material e, em certo sentido, antecede todos os demais. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, como visto, não opera um mecanismo estável de transferência de recursos: sua atuação se concentra em assessoria técnica, formação de pessoal e credenciamento, enquanto a manutenção e a ampliação das bibliotecas dependem, na prática, dos orçamentos estaduais e municipais. Esse arranjo torna a política de bibliotecas particularmente vulnerável às oscilações das prioridades de cada governo.

O resultado é a descontinuidade, fenômeno que a literatura brasileira de políticas públicas conhece bem e que aqui se manifesta com particular virulência. Bibliotecas são fechadas ou deixadas ao abandono quando mudam os gestores; acervos se desatualizam porque não há dotação regular para aquisição; profissionais são deslocados ou simplesmente não são repostos. A queda de quase 23% no número de equipamentos em uma década — de 6.057 em 2015 para 4.691 em 2025 — é a tradução mais eloquente dessa fragilidade. Não se trata de um recuo pontual, atribuível a uma única gestão, mas de uma tendência persistente, que sugere um problema estrutural de priorização política.

É aqui que a discussão teórica do segundo capítulo se reencontra com os dados. Se, como argumentou Dahl, a compreensão esclarecida é um critério interno da democracia, então a decisão de desfinanciar as instituições que a tornam possível não é uma mera economia orçamentária: é uma escolha política com consequências democráticas mensuráveis. Norberto Bobbio, ao tratar das promessas não cumpridas da democracia, observa que a distância entre o ideal democrático e a sua realização efetiva se deve, em grande parte, a obstáculos que não estavam previstos no projeto dos que imaginaram o regime:

Entre as promessas não cumpridas da democracia encontra-se também a da educação para a cidadania. [...] Sem cidadãos instruídos, capazes de compreender os problemas complexos da sociedade contemporânea, a democracia não pode funcionar adequadamente. A educação política é condição necessária para o exercício consciente da cidadania (Bobbio, 1986, p. 148).

As bibliotecas públicas se situam exatamente nesse ponto de tensão: prometidas como instrumentos de igualdade, tornam-se, por omissão, mais uma expressão da desigualdade que deveriam combater.

6.2. A Distribuição Territorial Desigual Como Reprodução de Assimetrias

O segundo limite é de ordem espacial e se articula diretamente com o primeiro. A biblioteca pública é um serviço de proximidade, cuja eficácia depende de estar ao alcance de quem dela necessita. A distribuição territorial observada no capítulo três, contudo, mostra que a infraestrutura de leitura não acompanha as necessidades da população — ao contrário, tende a se concentrar onde já há maior densidade populacional e econômica.

A consequência é um círculo vicioso que a literatura de desigualdade ajuda a compreender. Onde a renda é mais baixa, a escolaridade é menor e a presença do livro no ambiente doméstico é mais rara, seria justamente onde a biblioteca pública teria maior potencial de transformação. Mas é também nesses lugares que a capacidade fiscal do município é menor e a pressão por serviços

como a biblioteca é mais fraca, já que a população, alijada do mundo letrado, tende a demandar menos aquilo que nunca teve. O resultado é a reprodução territorial do capital cultural: a infraestrutura que poderia romper o ciclo se distribui de forma a reforçá-lo.

Os dados da pesquisa Retratos da Leitura corroboram esse raciocínio ao revelar que 7% dos entrevistados apontam a ausência de bibliotecas por perto como obstáculo à leitura. O percentual, como se disse, parece pequeno, mas encerra uma sutileza importante: ele capta apenas a percepção de quem já se reconhece como leitor em potencial. Os não-leitores, para quem a biblioteca distante é apenas mais uma ausência em um cotidiano de ausências, nem sequer a registram como falta. A desigualdade mais profunda é justamente aquela que se naturaliza, que deixa de ser percebida como privação.

6.3. Mediação e a Formação de Leitores: O Elo Negligenciado

O terceiro limite é de ordem pedagógica e diz respeito à função de mediação, que este trabalho apontou como central na distinção entre acesso e apropriação. A biblioteca pública cumpre seu papel democratizante não quando simplesmente dispõe de acervo, mas quando há alguém — o bibliotecário, o mediador de leitura — que aproxima o leitor do livro, que orienta, que acolhe. Sem mediação, o acervo permanece como capital cultural objetivado ao qual ninguém se apropria.

A literatura brasileira da área é enfática quanto a isso. Emir Suaiden insiste que a biblioteca pública que se limita a guardar documentos e atender o público já letrado fracassa em sua missão, pois o desafio brasileiro não é apenas oferecer o livro, mas formar o leitor:

Historicamente o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo poder aquisitivo. Durante o período colonial, os jesuítas fizeram grande esforço para facilitar o acesso à palavra escrita. Na verdade, foram esforços isolados, pois a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder. A vinda da Biblioteca e da Imprensa Real também não representou indicadores efetivos do acesso e da disponibilidade de informação para toda a sociedade (Suaiden, 2000, p. 52).

Essa tarefa exige profissionais qualificados e atividades permanentes — rodas de leitura, contação de histórias, clubes de leitura, oficinas — que transformem o espaço físico em espaço de convívio com a palavra. A pesquisa Retratos da Leitura fornece um indício da carência dessa mediação ao mostrar que a principal motivação de quem lê é o gosto pela leitura, cultivado em algum momento por alguém; onde esse cultivo não ocorre, o gosto não floresce.

O dado sobre a frequência à biblioteca — queda de 20% para 14% entre 2019 e 2024 — pode ser lido, também, por essa chave. A redução não reflete apenas o fechamento de equipamentos, mas a perda de vitalidade daqueles que permanecem abertos: bibliotecas sem programação, sem acervo atualizado, sem profissionais, deixam de ser percebidas como lugares vivos e perdem relevância na vida cotidiana. Uma biblioteca morta, ainda que aberta, não forma leitores.

6.4. A Desinformação Como Desafio Contemporâneo

Há, por fim, um desafio que a última década acrescentou ao problema e que não pode ser ignorado: a desinformação no ambiente digital. Se a desigualdade informacional tradicional dizia respeito à falta de acesso à informação, a desinformação introduz uma camada nova — a circulação massiva de informação falsa ou distorcida, que encontra terreno fértil precisamente onde faltam as competências para avaliá-la.

A relação com o tema deste trabalho é direta. Onde a formação leitora é frágil e o acesso a fontes confiáveis é precário, a população torna-se mais vulnerável à manipulação informacional. Manuel Castells, no quarto volume de sua trilogia sobre a era da informação, dedicado justamente ao poder, chama atenção para o risco de que as redes digitais, celebradas como espaços de liberdade, se convertam em instrumentos de dominação quando a capacidade crítica dos usuários é desigual:

O poder na sociedade em rede é o poder da comunicação. As relações de poder são construídas nas mentes humanas por meio de processos de comunicação. A forma mais fundamental de poder está na capacidade de moldar a mente humana. A maneira como sentimos e pensamos determina a maneira como agimos, tanto individual quanto coletivamente (Castells, 2015, p. 2-3).

As bibliotecas públicas, ao promoverem a competência informacional — a capacidade de buscar, avaliar e usar a informação com discernimento —, tornam-se um antídoto possível contra esse fenômeno. Mas o fazem na medida em que estiverem vivas,

atualizadas e conectadas: exatamente as condições que o quadro de retração descrito neste capítulo coloca em risco.

Em síntese, os limites são interdependentes. A fragilidade financeira alimenta a descontinuidade; a descontinuidade aprofunda a desigualdade territorial; a ausência de mediação esvazia a função pedagógica; e, na lacuna deixada por tudo isso, prospera a desinformação. Não se trata de problemas isolados, mas de um mesmo processo de desinvestimento simbólico e material na infraestrutura pública de informação, cujo custo se paga, em última instância, na qualidade da própria democracia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu de uma aposta teórica — a de que a informação é recurso de poder e de que sua distribuição desigual compromete a democracia — e a confrontou com a realidade brasileira das bibliotecas públicas. O percurso permitiu chegar a algumas conclusões que, sem pretender esgotar o tema, procuram ao menos delimitar o problema com clareza.

A primeira conclusão é de ordem conceitual. A desigualdade informacional não se reduz à falta de acesso à internet ou ao computador, como o debate público tendeu a formular nas últimas duas décadas. Ela diz respeito, antes, à distribuição desigual da capacidade de compreender, avaliar e mobilizar a informação — capacidade que, como argumentou Bourdieu, se incorpora lentamente e se transmite de geração em geração. Onde essa capacidade falta, não basta entregar o meio; é preciso formar o sujeito. Essa distinção, aparentemente técnica, tem consequências

políticas profundas, porque desloca o foco da infraestrutura material para as condições de apropriação do conhecimento.

A segunda conclusão é de ordem empírica. Os dados examinados desenham um paradoxo que estrutura todo o problema: o Brasil reconhece simbolicamente a importância das bibliotecas públicas — a ponto de a maioria dos entrevistados pela Retratos da Leitura as perceber como espaços inclusivos e abertos a todos —, ao mesmo tempo em que desmonta concretamente essa infraestrutura. Em uma década, o país perdeu quase 23% de suas bibliotecas públicas e comunitárias. E, pela primeira vez na série histórica da pesquisa de leitura, os não-leitores superaram os leitores. A importância permanece no discurso; o equipamento se desfaz no território.

A terceira conclusão é de ordem política. Se a compreensão esclarecida é, como sustentou Dahl, um critério interno do regime democrático — e não um adorno que se possa dispensar —, então o desinvestimento nas bibliotecas públicas não é um problema setorial, confinado à política cultural. É um sintoma de enfraquecimento das próprias condições de exercício da cidadania. Bobbio lembrava que a democracia convive permanentemente com a distância entre o prometido e o realizado, e que a eliminação dos obstáculos que produzem essa distância é tarefa inacabável. As bibliotecas públicas estão exatamente nesse ponto: prometidas como instrumentos de igualdade, tornam-se, por omissão, mais uma expressão da desigualdade.

Diante disso, a resposta à pergunta que orientou este trabalho precisa ser matizada. As bibliotecas públicas podem, sim, atuar como instrumentos de redução das desigualdades informacionais — seu projeto institucional, sua função social e seu potencial

equalizador, como se viu, apontam nessa direção. Mas esse potencial permanece, em larga medida, latente, condicionado por limites estruturais que o capítulo anterior organizou: financiamento frágil, descontinuidade administrativa, distribuição territorial desigual, carência de mediação e o desafio novo da desinformação. Entre a promessa democratizante da biblioteca e a sua realização concreta, interpõe-se uma decisão política que, até aqui, o país tem tomado de forma adversa.

Há, contudo, sinais que merecem registro. O Decreto nº 12.021/2024, ao levar os livros literários do PNLD às bibliotecas públicas, e o Plano Nacional de Livro e Leitura, com a meta de ampliar em 50% o número de equipamentos até 2036, indicam que o problema voltou, ao menos formalmente, à agenda. Que esses instrumentos se convertam em política efetiva depende de algo que este artigo só pode apontar, não garantir: a prioridade política real, traduzida em orçamento estável e continuidade. A história recente recomenda cautela com anúncios que não se sustentam no tempo.

Para a agenda acadêmica, este trabalho abre, mais do que fecha, caminhos. Estudos de caso municipais que comparem cidades com diferentes graus de cobertura; pesquisas de campo junto às comunidades usuárias; análises comparadas com outros países da América Latina; e investigações sobre o papel específico das bibliotecas no enfrentamento da desinformação são desdobramentos naturais da discussão aqui iniciada. O que a Ciência Política tem a ganhar com esse diálogo é substancial: ao se debruçar sobre as instituições que formam o cidadão, ela se reaproxima daquilo que a fundou — a pergunta sobre as condições reais da vida democrática.

Encerra-se este artigo com uma convicção, e não com uma sentença. As bibliotecas públicas são uma aposta das sociedades democráticas em si mesmas: a aposta de que vale a pena colocar o conhecimento ao alcance de todos, mesmo — ou sobretudo — daqueles que não o reivindicam. Enquanto essa aposta for feita, e sustentada com os meios que ela exige, a democracia terá nas bibliotecas uma aliada silenciosa e decisiva. Quando ela for abandonada, algo mais se perderá junto: não apenas livros, prédios e acervos, mas a própria ideia de que a informação é um bem comum, e não um privilégio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

BRASIL. Decreto nº 12.021, de 2024. Altera o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro; Fundação Itaú, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEXO JORNAL. Quantas são e onde estão as bibliotecas públicas brasileiras. São Paulo, 2026.

NORRIS, Pippa. **Digital divide**: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PLANO NACIONAL DE LIVRO E LEITURA (PNLL). Brasília: Ministério da Cultura; Ministério da Educação, 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. Information and the change in the paradigm in economics. **The American Economic Review**, v. 92, n. 3, p. 460-501, 2002.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, 2000.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

UNESCO; IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Haia: IFLA, 2022.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and social inclusion: rethinking the digital divide**. Cambridge: MIT Press, 2003.